



Competência Arquivística e Inteligência Arquivística como vertentes da Competência em Informação no horizonte da Arquivologia contemporânea

Renata Lira Furtado^I

<https://orcid.org/0000-0001-5428-2451>

Celineide Rodrigues Cavalcante^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-7351-3382>

Felipe César Almeida dos Santos^{III}

<https://orcid.org/0000-0002-2654-6007>

^I Universidade Federal do Pará, PA, Brasil.

Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no curso de graduação em Arquivologia na UFPA. Doutora em Ciência da Informação pela UNESP - Campus Marília. Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela UEL. Líder do Grupo de Pesquisa "Arquivologia e Competência em Informação" (GpArqCoInfo).

^{II} Universidade Federal do Pará, PA, Brasil.

Arquivista na UFPA, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP - Campus Marília. Mestre em Ciência da Informação, Bacharel em Arquivologia pela UFPA. Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela UEPA. Especialista em Gestão de Documentos pela Faculdade Unyleya. Integrante do Grupo de "Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação" (GpArqCoInfo).

^{III} Universidade Federal do Pará, PA, Brasil.

Arquivista na Prefeitura Municipal de Portel/Pará. Mestrando em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela UFPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa "Arquivologia e Competência em Informação" (GpArqCoInfo).

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/40002>

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama das discussões acerca da díade Arquivologia – Competência em Informação, partindo da estrutura teórico-conceitual “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”. Trata-se de uma revisão bibliográfica que visa apresentar o escopo teórico e as discussões já estabelecidas sobre as temáticas, apontar perspectivas de pesquisas, bem como possibilidades para inserção de novos elementos teórico-práticos ao universo que vem se consolidando acerca da Competência em Informação e suas vertentes no contexto arquivístico. Tendo como base a estrutura proposta e visando ampliar o rol de relações em torno da díade Arquivologia – Competência em Informação, foram incluídos três elementos no eixo III – Arquivo, da dimensão 5 – Arquivologia: Usuários de arquivo, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística. Os elementos inseridos, especificamente, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística, devem configurar como parte do referencial teórico-prático que compõe a linha 1 e ser inseridos, ainda que de forma transversal, na linha 2, respectivamente “Referencial teórico-prático arquivístico” e “Diretrizes curriculares, Projetos Pedagógicos e Preceitos da Competência em Informação”, ambos no eixo I – Arquivologia da Dimensão 5. Em pesquisas futuras será possível relacionar tais elementos com as demais dimensões que formam a referida estrutura conceitual.

Palavras-chave: *Competência em informação; Arquivologia; Usuários de arquivo; Competência Arquivística; Inteligência Arquivística.*

Archival Literacy and Archival Intelligence as strand of Information Literacy in the horizon of contemporary Archival Science

The purpose of this article is to present an overview of the discussions about the dyad Archival Science - Information Literacy, starting from the theoretical-conceptual framework "Conceptual dimensions for the insertion of Information Literacy in the Brazilian archival scenario". This is a literature review that aims to present the theoretical scope and the discussions already established on the themes, point out perspectives of research, as well as possibilities for insertion of new theoretical and practical elements to the universe that has been consolidating about Information Literacy and its aspects in the archival context. Based on the proposed structure and aiming to expand the list of relations around the dyad Archival Science - Information Literacy, three elements were included in axis III - Archive, of dimension 5 - Archival Science: Archive users, Archival Literacy and Archival Intelligence. The inserted elements, specifically Archival Literacy and Archival Intelligence, should configure as part of the theoretical-practical framework that makes up line 1 and be inserted, although in a transversal way in line 2, respectively "Archival theoretical-practical framework" and "Curricular guidelines, Pedagogical Projects and Precepts of Information Literacy", both in axis I - Archival Science of Dimension 5. In future research it will be possible to relate such elements with the other dimensions that make up the conceptual framework.

Keywords: *Information Literacy; Archival Science; Archival Users; Archival Literacy; Archival Intelligence.*

Recebido em 26.11.2021 Aceito em 29.04.2022

1 Introdução

A Arquivologia contemporânea tem sido diretamente impactada por um cenário de transformação digital e pelos fenômenos decorrentes desse cenário. Questões em torno da produção, do acesso e da disseminação da informação, da inclusão digital, da segurança da informação, da privacidade, da formação profissional, da educação continuada, entre outras, permeadas por um contexto que já foi reconhecido como

Sociedade do Conhecimento, da Informação, da Aprendizagem, em Rede e mais recentemente do Cansaço, da Transparência, da Desinformação, da Pós-verdade, moldam um ambiente propício para o surgimento de novas problemáticas no contexto arquivístico, assim como em outras áreas do conhecimento. Faz-se necessário e urgente o desenvolvimento de novas abordagens teórico-metodológicas para lidar com tais fenômenos que envolvem também a informação arquivística, o documento arquivístico, instituições arquivísticas e os sujeitos envolvidos nesses contextos.

Cabe considerar que as questões afloradas no referido contexto não são uma exclusividade da Arquivologia, assim, pensar em soluções que minimizem os impactos causados não é missão apenas para os pesquisadores da área. Diversas áreas do conhecimento já vêm desenvolvendo soluções que visam amenizar os problemas, cabe então à Arquivologia ampliar seu rol de relações interdisciplinares a fim de promover discussões profícuas e ampliar o arcabouço teórico-metodológico coerente com as questões contemporâneas que assolam a humanidade.

Nesse cenário de revolução tecnológica, uma área tem se destacado, especialmente no contexto das áreas ditas da informação, a Competência em Informação – tradução para a expressão em inglês *Information Literacy*. Johnston e Webber (2006, p. 112) conceituam a Competência em Informação como uma disciplina relevante que pode atenuar os fenômenos decorrentes da transformação digital e definem "uma pessoa competente em informação como um ser social e autoconsciente e não um simples repositório de habilidades e conhecimentos". Tal definição é corroborada pelos estudos de Liston e Santos (2008) que afirmam que, desde o surgimento da explosão informacional ocasionada com o advento da *Internet*, a Competência em Informação vem se tornando um indicador incontestável de atualidade e sintonia com o mundo.

Ainda que seja uma área de pesquisa e de prática em torno da informação, que surgiu em meados da década de 1970 nos Estados Unidos, no âmbito da Biblioteconomia e se consolidou também na Ciência da Informação, as discussões acerca da Competência em Informação na Arquivologia são bem recentes. No Brasil, as pesquisas nesta seara iniciaram-se em 2014 e enfocam, dentre outras questões, as habilidades de Competência em Informação de discentes de cursos de Arquivologia e de arquivistas, a inserção da temática como disciplina e/ou como um elemento transversal nos cursos de graduação em Arquivologia, a importância dos preceitos no fazer profissional dos arquivistas, a relação da Competência em Informação com os fenômenos informacionais contemporâneos, dentre outras discussões e relações.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama das discussões acerca da díade Arquivologia – Competência em Informação, partindo da estrutura teórico-conceitual apresentada por Furtado (2019) intitulada: “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”.

Trata-se de uma revisão bibliográfica que visa apresentar o escopo teórico e as discussões já estabelecidas sobre as temáticas, apontar perspectivas de pesquisas, bem como possibilidades para inserção de novos elementos teórico-práticos ao universo que vem se consolidando acerca da Competência em Informação e suas vertentes no contexto arquivístico, especialmente no cenário nacional.

2 Competência em Informação

A Competência em Informação (CoInfo) é comumente conceituada como um conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para lidar com a informação, uma condição que permite ao indivíduo usufruir das informações e dos recursos tecnológicos para se desenvolver de forma autônoma, atender suas próprias necessidades e as necessidades do seu meio social. Seus preceitos estão, intimamente, relacionados ao aprendizado ao longo da vida e ao despertar para um pensamento crítico e reflexivo (FURTADO, 2014, 2019).

Horton Jr. (2008) define a CoInfo como sendo um conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para saber quando a informação é necessária para ajudar a resolver um problema ou tomar uma decisão: como articular essa informação em termos e linguagem pesquisáveis; como procurar as informações de forma eficiente, como recuperar, interpretar, entender, organizar e avaliar a credibilidade e a autenticidade, avaliar a sua relevância e comunicá-la.

A CoInfo configura-se como um movimento relevante e necessário que deveria abarcar todos os indivíduos, transitar em qualquer currículo ou formação – formal ou informal, e se fundamentar no trabalho colaborativo, que perpassa os limites da biblioteca e das instituições de ensino – espaços de origem e consolidação da temática, desde meados da década de 1970.

Paul Zurkowski é reconhecido como o primeiro a mencionar o termo Competência em Informação (tradução da expressão original *Information Literacy*) em 1974, quando apresentou à *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS) o relatório *The information service environment relationships and priorities*, fundamentado nas mudanças sociais influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico e a constatação de que os cidadãos americanos não possuíam as habilidades para utilizar os recursos tecnológicos disponíveis até aquele momento, bem como de outros que viessem a ser desenvolvidos. O principal objetivo do

documento, centrava-se na instrução da população para lidar com a abundância de informações disponíveis, e que, já naquele momento, excediam a capacidade humana de avaliar, em decorrência da diversidade de procedimentos de busca de informação existentes, da variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (ZURKOWSKI, 1974).

Após a proposição inicial, nos anos finais da década de 1970, o conceito e os preceitos da CoInfo se expandiram, relacionando as habilidades e conhecimentos para localizar e utilizar informações com a tomada de decisões e a resolução de problemas, estabelecendo vínculo com os bibliotecários por meio da educação de usuários, orientação e instrução bibliográficas. Já na década de 1980, as discussões sobre CoInfo foram diretamente influenciadas pelo advento das tecnologias da informação e comunicação – popularizou-se a concepção da CoInfo relacionada à capacitação em tecnologias da informação. Tais discussões se aproximaram também da educação, com propostas que visavam contribuir com a resolução de problemas de aprendizagem e de práticas de ensino, tendo a biblioteca como um recurso pedagógico e o bibliotecário como mediador em iniciativas relacionadas ao ensino de habilidades de pesquisa, do uso da biblioteca e das fontes de informação (CAMPELLO, 2006; DUDZIAK, 2016).

Os anos finais da década de 1980 e a década de 1990 configuram-se como um período relevante para a consolidação da CoInfo no contexto educacional, para a publicação de documentos e para a criação de organizações voltadas para pesquisa, discussão e disseminação da *Information Literacy*. Destacam-se nesse cenário o livro *Information Literacy: Revolution in the Library* de Patricia S. Breivik e E. Gordon Gee, publicado em 1987, os relatórios “*Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*”, de 1989, e “*A Progress Report on Information Literacy: An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*” de 1998, ambos da *American Library Association (ALA)*; a criação do *National Forum on Information Literacy (NFIL)*, em 1990, e do *Institute for Information Literacy (IIL)* da *Association of College and Research Library (ACRL)*, em 1997 (FURTADO, 2019).

O início do milênio, num contexto mundial, foi marcado pela publicação do “*Information Literacy Standards for Higher Education*” pela ACRL, no ano 2000. No mesmo ano há a criação do programa “*The Information for All Programme*” (IFAP) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2000) que em colaboração com outras organizações intergovernamentais e internacionais como a *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* e o *International Council on Archives (ICA)* produziram

diversas obras relevantes: “*Understanding information literacy: a primer*”, em 2007, “*Towards information literacy indicators*”, em 2008) e “*Overview of Information Literacy Resources World wide*” nos anos 2013 e 2014 (FURTADO, 2019).

No Brasil, os primeiros estudos sobre Competência em Informação, datam do início dos anos 2000. Destacam-se as pesquisadoras Sônia Caregnato, no ano 2000, Elizabeth Dudziak e Regina Belluzzo em 2001 e Maria Helena Hatschbach no ano de 2002, consideradas precursoras da temática no país (FURTADO, 2019). Nesses 20 anos de inserção das discussões sobre CoInfo no Brasil, destaca-se o papel de instituições nacionais, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e das universidades que, por meio de cursos de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa, contribuem para a consolidação epistemológica da temática, com a promoção de eventos e com uma extensa produção bibliográfica, que inclui trabalhos de conclusão de cursos de graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de artigos publicados em periódicos especializados, capítulos de livros e livros específicos tratando da Competência em Informação.

Atualmente, os estudos sobre Competência em Informação, tanto no Brasil como no exterior, evidenciam questões que envolvem a educação, o universo organizacional, a mídia, a cidadania, a tecnologia, os mecanismos de desinformação, dentre outros – fatores e ambientes que aproximam os indivíduos comuns à área de estudo restrita, até pouco tempo, ao âmbito científico e acadêmico. É evidente que a CoInfo não se restringe apenas a essas temáticas, deve-se considerar sua abordagem transdisciplinar que permite sua inserção em qualquer área, por meio de estratégias e habilidades que auxiliem na resolução de problemas ligados à necessidade de informação. Cabe ressaltar ainda a existência de uma agenda de pesquisas global, em torno do desenvolvimento e atualização do conceito, bem como da pluralidade de novos termos e novos conceitos derivados da *Information Literacy* como: Competência Crítica em Informação, Competência Midiática, Competência Digital, *Transliteracy*, *Metaliteracy*, *Archival Literacy* dentre outras.

Nessa perspectiva, de novas vertentes em torno dos preceitos da Competência em Informação, é importante frisar o impacto proporcionado pelo desenvolvimento socioeconômico e pelos avanços tecnológicos que repercutem diretamente nos processos e práticas informacionais, na promoção da inclusão social e digital, no exercício da democracia e da cidadania – condições relevantes que evidenciam a necessidade do

indivíduo de desenvolver habilidades para lidar com a informação seja para sua autonomia, pelas suas próprias necessidades informacionais ou pelas necessidades do seu meio social e que contribuem para os processos de emancipação, empoderamento e protagonismo social. Tais fatores justificam a necessidade de ampliação de estudos e debates sobre Competência em Informação e o engajamento dos profissionais da informação – dentre estes, o arquivista –, que devem ser os responsáveis pelo desenvolvimento das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias e adequadas à realidade brasileira (DUDZIAK, 2008).

3 Competência em Informação na Arquivologia

Conforme já apresentado, os primeiros estudos sobre CoInfo originaram-se no âmbito da Biblioteconomia e se consolidaram também na Ciência da Informação. Na Arquivologia, tais estudos são bem recentes, especialmente no Brasil, cujas pesquisas surgiram a partir de 2014. Furtado (2019) apontou possíveis razões que podem justificar a ausência dos preceitos da CoInfo no cenário arquivístico: a) sua origem e seu desenvolvimento, atrelado ao uso de fontes de informação, técnicas e métodos de estudo e habilidades para pesquisa em bibliotecas; b) o *status* científico da Arquivologia com uma corrente teórica que a considera abarcada pela Ciência da Informação e outra que a considera uma ciência autônoma; c) a carência de pesquisas arquivísticas focadas no sujeito e nos processos de criação, de aprendizado, de resolução de problemas e de tomada de decisão.

Assim, inserir a CoInfo enquanto área de pesquisa abarcada pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao universo arquivístico, tendo como ponto de convergência a informação, especificamente a Informação Arquivística, configura-se como uma árdua tarefa: faz-se necessário superar as barreiras que dificultam sua inserção e disseminação, para alcançar avanços significativos tanto no espectro teórico, como prático. Trace (2016) sugere que a Arquivologia poderia se envolver com teorias acadêmicas de outras disciplinas, abrindo novas vias de reflexão sobre o que é importante para os indivíduos, as instituições e a sociedade. É sob essa perspectiva que se fundamenta a inserção da CoInfo nas teorias e práticas arquivísticas, especialmente no cenário brasileiro.

No contexto internacional, as pesquisas em torno da díade Competência em Informação – Arquivologia, começaram a surgir no final da década de 1990, especialmente nos Estados Unidos. Tais pesquisas estão relacionadas principalmente com as habilidades para o uso de fontes primárias, envolvendo arquivistas, historiadores, professores e estudantes de distintas áreas e níveis, dentre outros. Ainda no âmbito das discussões sobre fontes primárias, destacam-se as pesquisas em torno da *Archival Literacy*, da *Archival Intelligence* e da *Literacy with Primary Sources*.

No Brasil, tais discussões iniciaram-se em meados de 2014, com pesquisas em torno das habilidades de Competência em Informação de estudantes de arquivologia e enveredaram mais recentemente para pesquisas acerca da importância da CoInfo na formação e na atuação profissional do arquivista. Nesse contexto, as pesquisas estão focadas na formação do arquivista, com discussões em torno da formação básica – cursos de graduação e da formação continuada – cursos de pós-graduação e das possibilidades de inclusão dos preceitos da CoInfo nesses espaços por meio de disciplinas específicas ou com conteúdos transversais nos componentes curriculares.

No que se refere à inserção da CoInfo de forma sistematizada na formação do arquivista brasileiro, Furtado (2019) identificou que embora a CoInfo não esteja devidamente explicitada, nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, é possível considerar que suas diretrizes, transitam de forma implícita nos documentos norteadores da formação arquivística – Projetos Pedagógicos, matrizes curriculares e ementas disciplinares.

Nas discussões que abordam a CoInfo na atuação profissional do arquivista é possível elencar pesquisas em torno da Gestão documental e seus processos, Gestão da informação e do conhecimento, Funções arquivísticas e, mais recentemente, a relação do arquivista com mecanismos de desinformação e o contexto da Pós-verdade. Destaca-se ainda a aproximação do arquivista com os usuários – internos e externos, com discussões em torno da Competência Arquivística e da Inteligência Arquivística, incluindo ainda a função educativa e social do profissional direcionada aos processos de ensino-aprendizagem relacionado ao reconhecimento, busca e avaliação das fontes de informações visando atender demandas pessoais e coletivas e o exercício efetivo da cidadania.

A Competência em Informação pode ser considerada como uma abordagem de aprendizagem essencial para a formação do arquivista, no aprimoramento e no desenvolvimento da compreensão e reflexão crítica da informação. É relevante que o arquivista, enquanto profissional da informação, desenvolva habilidades para utilizar a informação, seja ela arquivística ou não, em distintos ambientes e situações: desde sua vivência enquanto estudante – independente do grau, como na sua atuação profissional e como cidadão. O conceito de CoInfo que melhor se apresenta ao contexto arquivístico é o proposto pela ACRL (2016), que define a Competência em Informação como o conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação ética e legal de novos conhecimentos.

Furtado (2019) desenvolveu uma estrutura conceitual visando a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro. A intenção é que as “Dimensões Conceituais” apresentadas, configurem-se

como o embasamento teórico-conceitual para que os preceitos da CoInfo sejam inseridos no âmbito da Arquivologia, não apenas no eixo da formação, mas que possa refletir na atuação profissional do arquivista, na construção de um arcabouço teórico relevante que atenda tanto o universo acadêmico-científico arquivístico, como das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia e principalmente possa ser refletida em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo. A estrutura conceitual proposta, nomeada de “Dimensões Conceituais para inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro” (FURTADO, 2019), apresenta cinco dimensões: 1 – Informação e Conhecimento; 2 – Competência em Informação; 3 – Sociedade; 4 – Universidade e 5 – Arquivologia, conforme representado na figura 1.

Figura 1 - “Dimensões Conceituais para inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”



Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Furtado (2019).

A Dimensão 1 apresenta os elementos Informação e Conhecimento como norteadores da sociedade em diálogo com as demais dimensões. São fenômenos interligados pela sua natureza comum, insumos básicos para o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade e que podem ser considerados, simultaneamente, causa e efeito – onde há carência da informação, vai haver a ausência do conhecimento e vice-versa (FURTADO, 2019).

A Dimensão 2 é a própria Competência em Informação, que permeia os processos de aprendizado, investigação, criação, tomada de decisão e

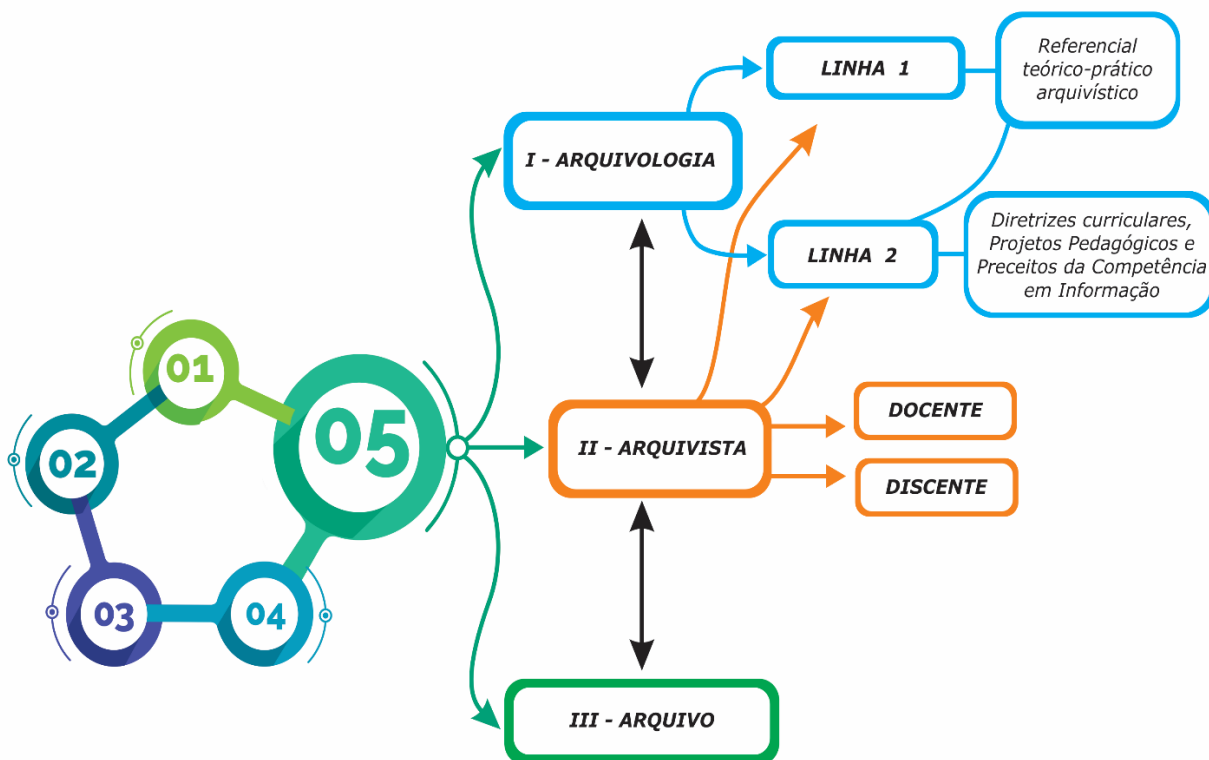
resolução de problemas e está relacionada ao processo de emancipação social considerando a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao universo da informação. Abarca ainda o Aprendizado ao longo da vida, a Cidadania e a Empregabilidade, elementos que sustentam a concepção da CoInfo e sua relevância para a sociedade e permeiam também as dimensões: Sociedade, Universidade e Arquivologia (FURTADO, 2019).

A Dimensão 3 – Sociedade, é configurada como espaço de atuação da ferramenta. Considera-se nessa dimensão as mudanças constantes pautadas na informação e no conhecimento, que fortalecem as relações do indivíduo com o mundo e que contribui com o desenvolvimento pessoal, social, econômico e cultural. Tal desenvolvimento agrega ainda o progresso tecnológico, o acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação, a capacidade de aprendizagem, a formação do pensamento crítico, a criatividade e a autonomia – elementos que, se configurados de forma estratégica possibilitam a consolidação de uma sociedade aberta, democrática e alicerçada no desenvolvimento de programas e ações de CoInfo, em ambientes formais, não formais e/ou informais e evidenciam a tríade: Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade (FURTADO, 2019).

A Dimensão 4 – Universidade, representa um ambiente para o desenvolvimento transversal da Competência em informação, considerando: (1) o tripé que a sustenta – Ensino, Pesquisa e Extensão; (2) os instrumentos que direcionam as ações da instituição – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; (3) os instrumentos que direcionam os cursos individualmente – Projeto Pedagógico de Curso; (4) os principais atores – docentes, discentes e técnicos, que sob a tutela da universidade necessitam de ações concretas para o desenvolvimento de suas próprias habilidades, visando a execução de suas funções laborais e acadêmicas (FURTADO, 2019).

A Dimensão 5 – Arquivologia, representa o ambiente de inserção dos preceitos da CoInfo, com destaque para três elementos, configurados como eixos: I – Arquivologia, II – Arquivista e III – Arquivo. Diante do objetivo desta pesquisa, optou-se por detalhar minuciosamente esta dimensão, conforme representado na figura 2:

Figura 2 – Dimensão 5: Arquivologia



Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Furtado (2019).

O **eixo I – Arquivologia** se desdobra em duas linhas que se configuram como espaços de desenvolvimento da CoInfo, de acordo com suas relações e atribuições. A linha 1 – Arquivologia: teoria, métodos e práticas, relaciona-se com o (1) Referencial teórico-prático arquivístico, representado pelas áreas e respectivas atividades indicadas como pertencentes ao fazer arquivístico. A linha 2 – Arquivologia: formação profissional, relaciona-se com: (1) Referencial teórico-prático arquivístico; (2) Diretrizes curriculares, Projetos Pedagógicos e Preceitos da Competência em Informação.

Ambas as linhas desembocam no **eixo II – Arquivista**, presumindo que o profissional, enquanto discente, vai adquirir durante sua formação elementos que possibilitem o desenvolvimento de suas próprias habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional considerando que as atividades desempenhadas, refletem diretamente no **Arquivo** enquanto instituição social, caracterizado como **eixo III**, no presente contexto.

Na prática, o processo se inicia no contexto universitário caracterizado pela linha 2 que apresenta a Arquivologia na esfera da formação profissional representada pelos cursos de graduação, sem desarticular, contudo, da linha 1, das teorias, métodos e práticas. O

Arquivista, enquanto um dos eixos centrais nessa dimensão, desdobra-se em duas distintas categorias:

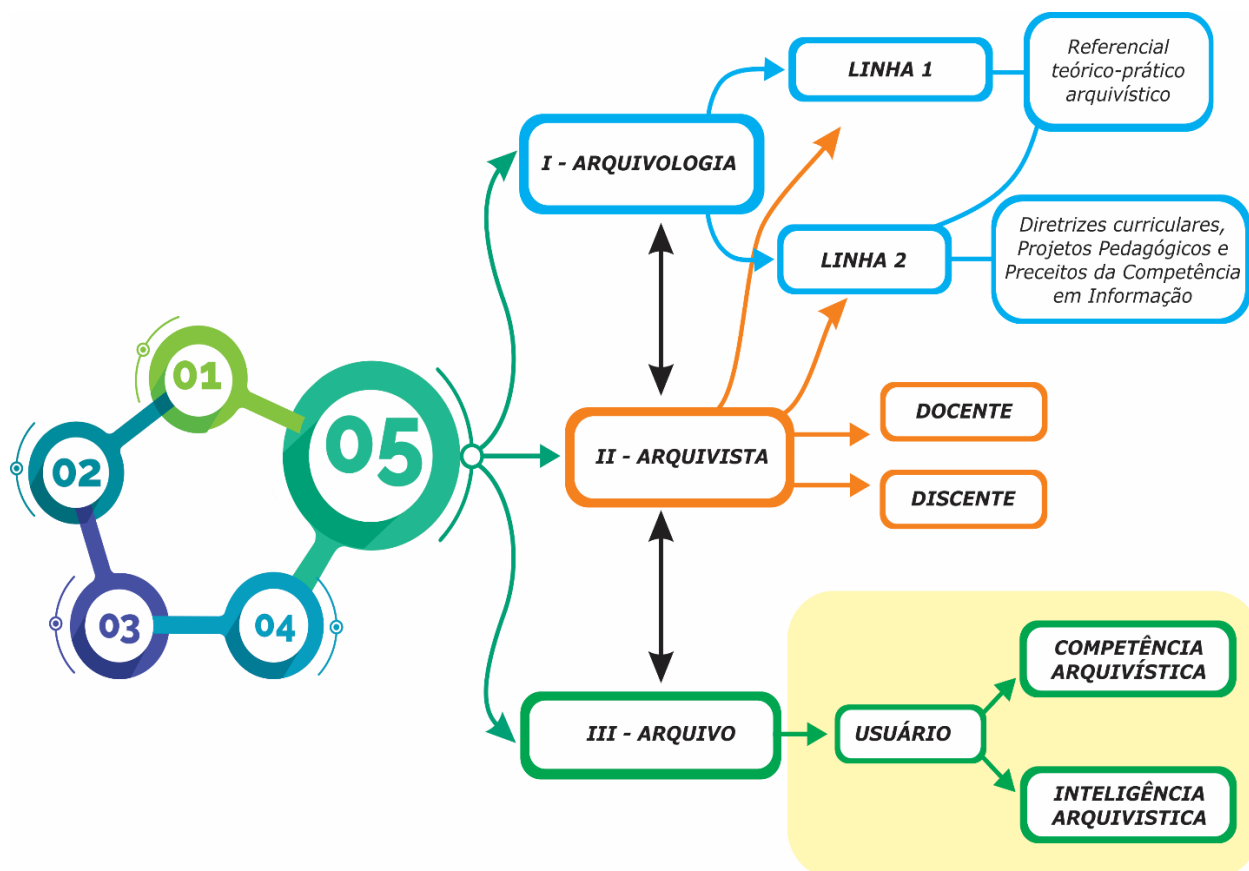
(1) docente: o arquivista atuando como professor, responsável por desenvolver e avaliar suas próprias habilidades num movimento contínuo de aprendizado ao longo da vida. Cabe considerar que esse profissional, provavelmente, não teve, durante sua formação, contato com os preceitos da CoInfo, justificando aqui a necessidade de atualização profissional para aquisição de repertório teórico que possibilite incorporar a CoInfo transversalmente em seus planos de ensino ou ainda na construção de uma disciplina específica que apresente teoria e prática de Competência em Informação apropriado ao cenário arquivístico;

(2) discente: o arquivista em formação, o estudante de graduação que se apropria dos preceitos da CoInfo para otimização do seu desempenho acadêmico e garante habilidades para lidar com a informação (arquivística ou não) e às funções e atividades pertinentes à sua atuação profissional em arquivos ou instituições equivalentes. Cabe destacar que, além do impacto proporcionado ao seu desenvolvimento pessoal e social, que reflete diretamente na sociedade, esse arquivista, que se relacionou com os preceitos da CoInfo na sua formação acadêmica, é, muitas vezes, o docente que retornará à universidade, ocupando uma posição inicial no ciclo, consolidando a inserção desses preceitos na formação do arquivista.

Furtado (2019) indica que as reflexões apresentadas sobre as cinco dimensões conceituais (1. Informação e Conhecimento; 2. Competência em Informação; 3. Sociedade; 4. Universidade; 5. Arquivologia), são importantes para reconhecer as áreas-chave em torno da Competência em Informação e de sua transversalidade à Arquivologia e reitera que a estrutura apresentada se configura como a base inicial para inserção da CoInfo ao cenário arquivístico, e que a mesma pode e deve ser aperfeiçoada por grupos de trabalho e pesquisa, docentes, gestores e instituições responsáveis pela coordenação de assuntos arquivísticos.

Assim, tendo como base a estrutura proposta por Furtado (2019), propõe-se incluir outros elementos à dimensão 5. Arquivologia, visando ampliar o rol de relações em torno da díade Arquivologia – Competência em Informação. A intervenção proposta visa a inserção do usuário no **eixo III – Arquivo** e a partir deste elemento incluir a Competência Arquivística e a Inteligência arquivística, conforme apresentado na Figura 3:

Figura 3 – Dimensão 5: Arquivologia, com a inserção de novos elementos



Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Furtado (2019).

Considerando o esquema apresentado na Figura 3, as seções seguintes visam explanar sobre Usuários de arquivos, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística.

3.1 Usuários de arquivos

Jardim e Fonseca em 2004, já indicavam a escassez de literatura arquivística sobre usuários de arquivo, especialmente quando comparada a outros temas considerados como “núcleo duro” da Arquivologia. Os autores destacam que as pesquisas em torno do tema “tendem a privilegiar o usuário do arquivo permanente, sem contemplar as especificidades que envolvem os usos e usuários das demais fases do ciclo vital arquivístico” (JARDIM; FONSECA, 2004, p. 4). Tal percepção é corroborada por Rocha e Parrela (2020) que indicam a existência de poucos estudos acadêmicos sobre os usuários de arquivos e por Vitoriano, Leme e Casarin (*et al.*, 2020) que destacam que, até meados dos anos 2000, não há uma quantidade relevante de pesquisas sobre usuários em arquivos e que, de um modo geral, são mais estudados os usuários de

arquivos permanentes, caracterizados como pesquisadores, historiadores, entre outros.

As discussões acerca do usuário de/em arquivos iniciaram-se em meados da década de 1960, em âmbito internacional, com pesquisas em torno das necessidades e tipologia dos usuários, métodos e técnicas de pesquisas para conhecimento dos seus hábitos e procedimentos para a coleta destas informações, assim como já acontecia nas áreas de Biblioteconomia e Documentação. As temáticas “usos e usuários em arquivos” foram pautadas inclusive nos Congressos Internacionais de Arquivos, promovidos pelo Conselho Internacional de Arquivos nos anos de 1966, 1968, 1976 e 1981 (JARDIM; FONSECA, 2004). Tais discussões possibilitaram ampliar o foco para além do objeto arquivístico e seus processos, alcançando assim, usos e usuários de informações e documentos em ambientes arquivísticos, apontando a necessidade de mudança do foco do objeto para o sujeito; a existência de padrões de processo de busca de informações pelos usuários de arquivo; além da relevância do uso e dos estudos de usuários enquanto campo de pesquisa (SINN, 2010).

Com o intuito de compreender quem são os “usuários de (em) arquivo” fez-se necessário buscar definições que possam guiar a linha de raciocínio que conduz essa pesquisa. O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística define usuário como sendo “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada de consulente, leitor ou pesquisador” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.169).

Para Jardim e Fonseca (2004, p. 3) o usuário de arquivo é um indivíduo que busca a informação e, portanto, a comunicação arquivo-usuário só se manifesta quando este último, por alguma razão, provoca esse processo. “O usuário não se configura como sujeito do processo de transferência da informação e sim como objeto (nem sempre explicitado) do acesso à informação.”

Ávila e Sousa (2011, p. 42) recorrem a uma classificação de usuários de arquivo, denominada pelos autores como sendo uma “divisão clássica” de internos e externos, representada pelos dois eixos centrais da Arquivologia:

[...] de um lado, promover o acesso à informação orgânica registrada pelos produtores, relacionado às fases de gestão; e de outro, torná-la acessível ao usuário do arquivo permanente, característica orientada pelo valor histórico e de pesquisa.

Bellotto (2004) categoriza os usuários de arquivo de acordo com as fases do ciclo vital de documentos, onde nas fases corrente e intermediária, os usuários são os próprios produtores de documentos –

segundo o preceito que indica que quem produziu a documentação, também faz uso dela em seu processo decisório, os pesquisadores administrativos e os cidadãos em busca de seus direitos e na fase permanente o interesse concentra-se na cultura e na pesquisa científica – são historiadores, jornalistas, sociólogos, cidadãos com interesses ou curiosidades pelo trabalho da investigação histórica. Silva (2011) pontua uma questão que merece ser observada em torno da categorização dos usuários seguindo o ciclo vital, considerando que um usuário interno pode utilizar documentos de arquivo permanente, de valor secundário, para tomar uma decisão, assim como usuários externos à instituição podem necessitar de documentos de valor primário para resolução de problemas.

Na percepção de Balbino e Rocha (2016) os serviços de arquivo devem atender aquele que produz os documentos arquivísticos das instituições no cumprimento das demandas, com agilidade e visando sua satisfação. As atividades de elaboração, criação e produção do documento, bem como utilização dos documentos arquivísticos, acontecem nos arquivos correntes e onde ocorre também a maior frequência de uso das informações pelos usuários internos. Dessa forma, é claramente possível categorizar o produtor de documentos como usuário interno, considerando: que quem produz o documento também é usuário (BELLOTTO, 2004), a existência do vínculo administrativo (NUÑES PAULA; ZAYAS CABALLERO, 2016), a utilização de documentos e informações arquivísticas para resolução de problemas e tomada de decisões (SILVA, 2011) e principalmente a criação propriamente dita do documento (BALBINO; ROCHA, 2016).

Ainda no contexto da categorização dos usuários de arquivos, Tarraubella I Mirabet (1998) além das clássicas categorias interno e externo, descreve ainda tipos distintos de usuários externos: (1) **Pesquisadores profissionais**: usuário com formação universitária, que geralmente conhece a organização e funcionamento dos arquivos, familiarizado com o uso de instrumentos de gestão e de pesquisa e acesso a arquivos para atender suas necessidades. (2) **Pesquisadores amadores**: usuários com formações variadas, com preferências de pesquisa direcionadas para genealogia e história local, solicitações de informações, geralmente muito específicas pessoas ou eventos, desconhecem o uso de ferramentas de pesquisa exigindo dedicação total do arquivista. (3) **Estudantes universitários e não-universitários**: os primeiros são considerados usuários legítimos dos arquivos, cujas necessidades circundam a realização de pesquisas acadêmicas. São despreparados para lidar com instrumentos de pesquisa, desconhecer as técnicas e metodologias de organização e acesso aos documentos. Já os não-universitários, estudantes da educação básica, constituem uma pequena porcentagem no conjunto de usuários. Geralmente não acessam

os arquivos voluntariamente, buscam os arquivos como um recurso pedagógico, a fim de cumprir alguma atividade curricular. (4) **Cidadãos em geral:** todos os outros tipos de usuários são também cidadãos, essa categoria refere-se àqueles usuários que fazem consultas esporádicas ou de caráter administrativo. É o tipo de usuário mais comum nos arquivos, e sua presença está diretamente relacionada com a consolidação do direito à informação e transparência da Administração Pública, e com o esforço de divulgação e promoção dos serviços de arquivo. Em geral, não conhecem os sistemas de organização e operação dos arquivos, não estão acostumados ao uso dos instrumentos de gestão e de pesquisa. Desconhecem os conceitos de patrimônio documental, não têm consciência do valor histórico dos documentos, não chegam ao arquivo por vontade ou por iniciativa própria, mas dirigidos por outros serviços ou órgãos administrativos.

Diante da categorização dos usuários, especialmente a descrição apresentada por Tarraubella I Mirabet (1998) fica evidente a necessidade de capacitação dos usuários para lidar com informações e documentos arquivísticos, bem como com os instrumentos a estes relacionados e toda a dinâmica que envolve a instituição arquivística. Hensley, Murphy e Swain (2014) apontam que outras áreas, como a Biblioteconomia, já preencheram as lacunas existentes em torno da capacitação dos usuários. Entretanto, a Arquivologia ainda não desenvolveu adequadamente metodologias para que os distintos usuários possam lidar com os recursos informacionais e metodológicos disponíveis. Hankins (2019) ressalta a necessidade de participação dos arquivistas no preenchimento dessas lacunas, agregando as suas experiências e conhecimentos singulares.

Duff (2016) destaca que as discussões em torno do usuário de arquivo e dos serviços a eles relacionados são limitadas e que os arquivistas precisam dar mais atenção a esse contexto, considerando que o atendimento ao usuário não é algo que simplesmente acontece. Garantir que as pessoas utilizem os arquivos com eficiência é a regra básica da missão dos arquivistas, que devem não só recolher, avaliar, classificar, descrever e proteger a integridade de documentos e informações arquivísticas. Vitoriano, Leme e Casarin (2020) enfatizam que os arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários.

3.2 Competência Arquivística

A Competência Arquivística ainda está em processo de consolidação no contexto brasileiro. A expressão é a tradução literal e não oficial em português, do termo em inglês *Archival Literacy*. As discussões em torno da Competência Arquivística no cenário internacional, a consideram como sendo uma vertente e/ou aplicação contextual da Competência em

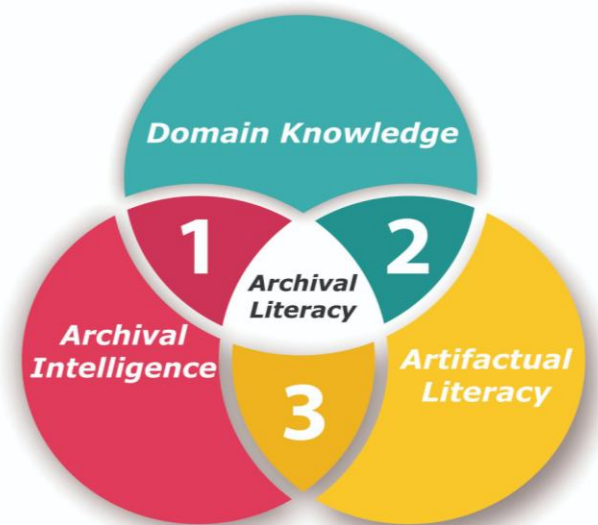
Informação, ainda que necessite de uma modelagem mais adequada para tal (MORRIS; MYKYTIUK; WEINER, 2014; FURTADO, 2019). Para Vilar e Šauperl (2015), mesmo que o termo Competência Arquivística não seja amplamente difundido, a possibilidade de relacioná-lo com o conceito de Competência em Informação, facilita a sua compreensão, ainda que possa ser confundida com competências profissionais ou mesmo considerada irrelevante no prisma das práticas arquivísticas (VILAR; ŠAUPERL, 2015).

Gilliland-Swetland, Kafai e Landis (1999) apresentam a Competência em Informação, paralelamente à Competência Arquivística, como benefícios evidenciados pela aprendizagem informal proporcionados por experiências de aprendizado fora da sala de aula, a compreendem como uma habilidade a ser desenvolvida por todos, e a definem como sendo:

[...] a capacidade dos usuários de aplicar a busca de provas, bem como a busca de informações. [...] inclui a capacidade de considerar documentos individuais no contexto de registros agregados, atribuir sentido a partir de material não-sintetizado ou não predeterminado, considerar as circunstâncias da criação do documento, analisar a forma e natureza do documento, determinar se é um documento original e qual versão, e compreender sua cadeia de custódia. (GILLILAND-SWETLAND; KAFAI; LANDIS, 1999, p. 92-93, tradução nossa).

Yakel e Torres (2003) indicam que a Competência Arquivística é constituída por outras três formas singulares de conhecimento: *Domain Knowledge*, *Artifactual Literacy* e *Archival Intelligence* traduzidos respectivamente como: Conhecimento de Domínio, Competência de Artefatos e Inteligência Arquivística. A figura 4, elaborada por Santos e Furtado (2021) ilustra a estrutura proposta por Yakel e Torres (2003):

Figura 4 - Composição da Competência Arquivística



Fonte: Santos e Furtado (2021).

As autoras descrevem as referidas formas de conhecimentos necessários para trabalhar eficazmente com fontes primárias, da seguinte forma: **Conhecimento de Domínio** – Grande compreensão do tema ou assunto de pesquisa, que tem se mostrado como fator significativo na recuperação de informações em bibliotecas e literatura da Ciência da Informação; **Competência de Artefatos** – Capacidade de interpretar fontes primárias, analisar criticamente as informações e avaliar seu valor como evidência, uma vez encontradas; e **Inteligência Arquivística** – Conhecimento do usuário sobre os princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos de instituições de arquivo, bem como o desenvolvimento de estratégias de busca para questões de pesquisa e compreensão das fontes, que abrange três dimensões: 1) conhecimento da teoria, práticas e procedimentos arquivísticos; 2) estratégias para reduzir incerteza e ambiguidade e 3) habilidades intelectuais. Portanto, a Inteligência Arquivística envolve um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para localizar, avaliar e usar material de fonte primária, especificamente, de arquivo (YAKEL; TORRES, 2003).

Rahman e Shoeb (2020) aponta que para que um indivíduo possa desenvolver as habilidades da Competência Arquivística é necessário seguir alguns passos: **(1) Saber** - identificar os tipos de conteúdo que precisa; **(2) Interpretar** - entender a relevância, o contexto histórico e o valor do conteúdo; **(3) Avaliar** - descobrir a importância entre a necessidade de informação e o conteúdo disponível; e **(4) Usar** - reconhecer o processo de tratamento do conteúdo recuperado, incluindo a restrição de acesso.

Com o desenvolvimento das habilidades da Competência Arquivística o sujeito assume um papel participativo e crítico em relação à informação arquivística e documentos arquivísticos, adotando uma posição questionadora e ativa e não meramente reprodutiva e passiva (SANTOS; FURTADO, 2021).

A Competência Arquivística, é então considerada por Viars e Pellerin (2017) como um novo nicho conceitual da Competência em Informação, que ainda necessita de maior dedicação dos arquivistas e profissionais da informação para o desenvolvimento dos estudos da própria temática e dos campos do conhecimento que a permeiam.

Oliver (2017) aponta que ainda são poucos os pesquisadores preocupados com a necessidade de desenvolvimento de habilidades e aquisição de conhecimentos para pesquisar e usar registros e coleções de arquivos – fontes primárias. As preocupações expressas na literatura estão, em sua maioria, relacionadas com a educação do usuário e a capacidade de acessar e usar registros dentro de um contexto de arquivos de uma instituição.

No Brasil, as pesquisas sobre Competência Arquivística são escassas até o presente momento. O artigo “As relações entre a Arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação” desenvolvido por Thiago de Oliveira Vieira, Paola Rodrigues Bittencourt e Anna Carla Almeida Mariz, apresenta a noção de Literacia Arquivística (tradução para a expressão *Archival Literacy*) como sendo um “agente de comunicação na relação arquivo-comunidade de usuários, visando propiciar a aquisição do conhecimento e habilidades necessárias para consultar as fontes primárias, a partir do entendimento dos métodos e técnicas que regem a organização e a disposição dos acervos”. Os autores indicam que a Literacia Arquivística se origina como ferramenta de interação entre o arquivo e a figura cada vez mais ampla e plural do usuário, proporcionando e auxiliando na aquisição de habilidades e competências a partir de procedimentos educativos, objetivando a maximização da independência, compreensão e qualidade das consultas, pesquisas e uso de documentos e informações arquivísticas por parte dos usuários (VIEIRA; BITTENCOURT; MARIZ, 2019).

A pesquisa “Competência Arquivística em arquivos universitários” de autoria de Anahi Rocha Silva, Richele Grenghe Vignoli e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano aponta divergências quanto ao consenso terminológico em torno das traduções do termo *Archival Literacy*. Dentre os diversos enfoques apresentados na pesquisa, as autoras destacam a utilização da Competência Arquivística como ferramenta de apoio às práticas pedagógicas do arquivista educador para maximizar as capacidades dos discentes em “identificar, analisar e interpretar fontes

primárias, a coletar informações em várias fontes e em diversos formatos, a obtenção de habilidades cognitivas indispensáveis para identificação de uma questão de pesquisa e a refletir de maneira crítica e reflexiva” (SILVA; VIGNOLI; VITORIANO, 2020).

Os artigos “*Archival Literacy: Estreitando as relações da Competência em Informação e a Arquivologia*” e “*Archival Literacy: Um diálogo da Arquivologia com a Competência em Informação*”, ambos de autoria de Felipe César Almeida dos Santos e Renata Lira Furtado são recortes de uma pesquisa mais ampla e apresentam uma revisão bibliográfica sistemática em torno da *Archival Literacy* em bases de dados referenciais nacionais e internacionais. São mapeamentos da produção acadêmico-científica em torno da temática visando compreender o seu estado da arte e assim propor um conceito que se adeque ao cenário arquivístico brasileiro (SANTOS; FURTADO, 2021; FURTADO; SANTOS, 2021).

No que tange a estudos voltados à compreensão dos campos do conhecimento que compõem a Competência Arquivística, apontados por Yakel e Torres (2003), a próxima seção é dedicada à Inteligência arquivística. Cabe considerar ainda que, no contexto brasileiro ainda não foram detectadas pesquisas específicas sobre as demais dimensões – Conhecimento de Domínio e Competência de Artefatos.

3.3 Inteligência Arquivística

Em meados da década de 2000, Elizabeth Yakel e Deborah Torres preocupadas em fomentar as discussões e inferir ações práticas relacionadas à educação de usuário de arquivo publicaram o artigo: *AI: Archival Intelligence and User Expertise* (2003), dando origem ao termo “*Archival Intelligence*”, traduzido aqui como Inteligência Arquivística, considerado uma dimensão de conhecimento da Competência Arquivística, essa por sua vez, está fundamentada nas discussões da Competência em Informação.

A Inteligência Arquivística envolve um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para localizar, avaliar e usar material de fonte primária, especificamente, de arquivo. Para Yakel e Torres (2003), embora exista uma lacuna na literatura arquivística sobre as melhores práticas para promover a educação do usuário de arquivo, os estudos acerca das temáticas: usuários, estudos de usuários e educação de usuário abordam muitas das características que foram atribuídas às três dimensões da Inteligência Arquivística, sintetizadas no Quadro 1: Conhecimento da teoria, prática e procedimentos arquivísticos; 2) Estratégias para reduzir incerteza e ambiguidade e 3) Habilidades intelectuais.

Quadro 1 - Características das dimensões da Inteligência Arquivística

1 CONHECIMENTO DA TEORIA, PRÁTICA E PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	<ul style="list-style-type: none">- Habilidades para entender as terminologias arquivísticas;- A interpretação de fontes primárias e seus substitutos;- Internalização das regras de instituições de arquivo;- Compreensão do pesquisador do seu próprio nível de domínio de conhecimento e de outras áreas;
2 ESTRATEGIAS PARA REDUZIR INCERTEZA E AMBIGÜIDADE	<ul style="list-style-type: none">- A incerteza e a ambigüidade das perguntas e respostas em pesquisa com fontes primárias torna difícil o processo;- Componente central na educação do usuário de arquivo;- Mediação - O arquivista precisa obter informações exatas do pesquisador para poder atender suas necessidades. Enquanto que o pesquisador deve formular perguntas claras para conseguir usar de forma eficaz e eficiente o arquivo;
3 HABILIDADES INTELLECTUAIS	<ul style="list-style-type: none">- Característica essencial para um excelente arquivista, pois permite elaborar estratégias de busca usando o princípio da proveniência e interpretar materiais de arquivo- Essencial ao pesquisador, pois permite associar o material original de arquivo e suas representações

Fonte: Elaborado por Cavalcante (2021) a partir de Yakel e Torres (2003).

Nessa concepção, o domínio ou não dessas três dimensões influencia no estilo de interação do usuário de arquivo com fonte primária, podendo interferir no êxito da pesquisa. Desse modo, para Yakel e Torres (2003), cabe, principalmente aos arquivistas, definir o conjunto de conhecimentos e habilidades que pode ser incorporado em programas de Competência Arquivística para ajudar os usuários a desenvolverem a Inteligência Arquivística. Contudo, não se trata de um movimento focado em "como fazer pesquisa em arquivo", mas direcionado a compreensão teórica dos arquivos, as estratégias de pesquisa que os usuários podem adotar, a capacidade de desenvolver habilidades intelectuais para pesquisar em repositórios digitais, bem como identificar com facilidade as fontes primárias.

O estudo de Yakel e Torres (2003) indica que a Competência Arquivística implica na reconceitualização das tradicionais sessões de orientação ao usuário de arquivo. Para isso, o arquivista precisa desenvolver e aprofundar o seu currículo para poder incluir na educação dos usuários todos os aspectos da Inteligência Arquivística e de forma mais ampla da Competência Arquivística, visando quebrar as barreiras físicas, digitais e psicológicas de acesso aos documentos arquivísticos.

Cabe ressaltar que são poucos os estudos acerca da temática Inteligência Arquivística no cenário internacional e, especificamente, em âmbito nacional. Afirmativa corroborada por Cavalcante (2021) em uma extensa Revisão Bibliográfica Sistemática no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de propor um conceito para Inteligência Arquivística com a delimitação de características, contextos e sujeitos envolvidos, em atendimento às necessidades e realidade da Arquivologia no Brasil. O encadeamento circular de todas as fases da pesquisa, permitiu a elaboração de uma proposta teórico-conceitual, sob nova percepção:

A Inteligência Arquivística, considerada uma área de conhecimento da Competência Arquivística, tem como foco principal o conhecimento do usuário sobre os princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos de instituições de arquivo, assim como o desenvolvimento de habilidades para o acesso, análise e interpretação de documentos arquivísticos, considerando a função social do arquivo e o aprendizado ao longo da vida. (CAVALCANTE, 2021, p. 89).

Na perspectiva de Cavalcante (2021), a Inteligência Arquivística abarca apenas a primeira dimensão proposta por Yakel e Torres (2003) - **Conhecimento da teoria, práticas e procedimentos arquivísticos**, definidos como sendo aqueles que permeiam todo o fazer arquivístico direcionado ao acesso à informação e à documentos arquivísticos. Desse modo, o usuário precisa compreender esse conjunto de conhecimentos para atingir o mais alto nível da Inteligência Arquivística, abarcados ou não por ações de disseminação e difusão.

Quanto a segunda e a terceira dimensão da Inteligência Arquivística (YAKEL; TORRES, 2003), já mencionadas, são consideradas como parte do escopo teórico e prático da CoInfo, em que o sujeito precisa desenvolver habilidades para atender suas necessidades informacionais e, especificamente, da Competência Arquivística onde tais habilidades estão direcionadas às fontes primárias (CAVALCANTE, 2021).

Nesse contexto, Cavalcante (2021) destaca as atividades relacionadas à Gestão de documentos – produção, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento, bem como aquelas em torno das funções arquivísticas, especialmente a classificação, a avaliação e a descrição e seus respectivos instrumentos: Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade e Instrumentos de pesquisa. Insere-se ainda nesse rol o conhecimento em torno de ações de Preservação, Conservação e Difusão, considerando a percepção acerca do impacto social que tais ações refletem.

Para Cavalcante (2021), os sujeitos envolvidos no escopo da Inteligência Arquivística são os usuários internos das organizações (corpo técnico-administrativo, docentes e discentes de diferentes áreas, etc.) e externos (pesquisadores, profissionais e o cidadão comum). Estes são configurados como potenciais sujeitos do processo de aprendizagem com fontes primárias por diversos motivos: profissionais, acadêmicos, resolução de problemas, tomada de decisão mais assertiva, exercício da cidadania, entre outros.

Acredita-se que o ensino da teoria, dos métodos e técnicas que regem as práticas arquivísticas – compreendido como Inteligência Arquivística – para os usuários internos que atuam também como produtores de documentos, repercutirá em questões éticas e legais do uso da informação e dos documentos, na eficiência administrativa da instituição representada pela celeridade das decisões e processos de trabalho e transparência administrativa, no próprio processo de gestão de documentos e na preservação do patrimônio documental.

Neste contexto, o arquivista, em parceria com profissionais de diferentes áreas, atua como mediador nesse processo de ensino e aprendizagem a fim de aproximar o usuário dos espaços informacionais formais e informais de informação, atender satisfatoriamente suas necessidades e ampliar o potencial de pesquisa dos arquivos físicos e digitais (CAVALCANTE, 2021).

Portanto, ambas as discussões acerca da Competência Arquivística e Inteligência Arquivística devem ser inseridas na Dimensão 5 – Arquivologia, abarcada pelos eixos: Arquivologia, Arquivista e Arquivo, que representa o ambiente mais propício para a inserção dos preceitos da CoInfo (FURTADO, 2019). Além da abordagem teórica da Arquivologia e do fazer arquivístico que o usuário precisa desenvolver para elaborar com eficácia o percurso de pesquisa, atingir suas necessidades informacionais, contribuir com a construção do conhecimento e o pleno exercício da cidadania.

4 Considerações finais

A Competência em Informação apresenta-se como uma alternativa para minimizar os efeitos das adversidades decorrentes do processo de transformação digital em que estamos imersos. Tais problemáticas não são exclusivas da Arquivologia ou das chamadas áreas da informação, são fenômenos que têm assolado a sociedade sob distintas perspectivas. No contexto arquivístico, a Competência em Informação configura-se como uma abordagem de aprendizagem na formação do arquivista e um diferencial na atuação desse profissional e, de forma ampla, contribui com a formação desses sujeitos, visando atender suas próprias necessidades e

as necessidades do seu meio social, alicerçado no tripé: Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade.

Inserir a CoInfo ao universo arquivístico não impacta apenas na formação do arquivista enquanto profissional da informação e cidadão. Reflete diretamente nos processos de produção e disseminação da informação arquivística e do documento arquivístico, nas instituições arquivísticas, nos usuários e na consolidação de um arcabouço teórico-metodológico coerente com as questões contemporâneas que assolam a humanidade e que estão relacionadas ao contexto da Arquivologia, elemento que corrobora com a proposta deste artigo que visa apresentar um panorama das discussões acerca da tríade Arquivologia – Competência em Informação, partindo da estrutura teórico-conceitual apresentada por Furtado (2019) intitulada: “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”.

Foram apresentados os preceitos da CoInfo numa perspectiva ampla e na sequência a inserção desses preceitos ao contexto arquivístico, culminando com a apresentação da referida estrutura conceitual proposta por Furtado (2019) composta por cinco dimensões: 1 – Informação e Conhecimento; 2 – Competência em Informação; 3 – Sociedade; 4 – Universidade e 5 – Arquivologia.

Considerando que a estrutura proposta, configura-se como uma base inicial para inserção da CoInfo ao cenário arquivístico e que segundo a autora, pode e deve ser aperfeiçoada, passou-se para a análise da estrutura a fim de contribuir para a ampliação da mesma e das relações em torno da tríade Arquivologia – Competência em Informação. Assim, as reflexões foram centralizadas na dimensão 5 – Arquivologia, especificamente no eixo III – Arquivo, resultando na inserção de novos elementos: os usuários, a Competência e a Inteligência arquivística (Figura 3).

A Competência Arquivística e a Inteligência Arquivística consideram a função social dos arquivos e visa aproximar arquivo, arquivista e usuário no processo de pesquisa e acesso à informação. Cabe destacar que o usuário, tanto como interno e externo, em suas distintas atuações, vai desenvolver num contexto amplo as habilidades relacionadas à Competência Arquivística e sob lentes específicas as habilidades da Inteligência Arquivística, tudo isso permeado pelos preceitos da Competência em Informação. O arquivista atua como protagonista da promoção de ações práticas envolvendo Competência e a Inteligência arquivística, é o mediador da informação na relação arquivo-usuário em distintas situações: ora como usuário da informação na elaboração de estratégias de busca para atender as demandas dos usuários e ora como instrutor de habilidades no processo de busca e uso da informação (CAVALCANTE, 2021).

Entende-se que os elementos inseridos na estrutura, especificamente Competência Arquivística e a Inteligência Arquivística, devem configurar como parte do referencial teórico-prático que compõe a linha 1 e ser inseridos, ainda que de forma transversal na linha 2, respectivamente, "Referencial teórico-prático arquivístico" e "Diretrizes curriculares, Projetos Pedagógicos e Preceitos da Competência em Informação", ambos no eixo I – Arquivologia, da Dimensão 5.

Numa perspectiva mais ampla é possível relacionar os elementos recém inseridos com as demais dimensões que formam a estrutura conceitual, a saber: 1 – Informação e Conhecimento; 2 - Competência em Informação; 3 – Sociedade; e 4 – Universidade. Tais relações serão explicitadas em pesquisas futuras que visam induzir ainda os demais campos do conhecimento que compõem a Competência Arquivística, além da Inteligência Arquivística – Conhecimento de Domínio e Competência de Artefatos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. *Framework for Information Literacy for Higher Education*. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ÁVILA, Rodrigo F.; SOUSA, Renato T. B. A aporia dos estudos de comportamento informacional na arquivística. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun., 2011.

BALBINO, Giseli. M. S.; ROCHA, Eliane C. de F. Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade de serviços e necessidades de informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, out. 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64384>. Acesso em: 12 abr. 2021

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: FGV Editora, 2004.

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez. 2006.

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues. *Inteligência arquivística: um conceito à luz da Teoria Fundamentada em Dados*. 2021. 103 f. Dissertação

(Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DUDZIAK, Elizabeth A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. *In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (org.). Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática.* EDUFBA, 2016. p. 19-50.

DUDZIAK, Elizabeth A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil.

Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704>. Acesso em 25 out. 2021.

DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. *In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. H. (org.). Correntes atuais do pensamento arquivístico.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p. 171-202.

FURTADO, Renata Lira. *Desenvolvimento e formação de competência em informação: um mapeamento de modelos, padrões e documentos.* 2014. 157 f. Dissertação(Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

FURTADO, Renata Lira. *A competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada.* Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em:

[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180950/furtado_rl_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=A%20Compet%C3%A7%C3%A3o%20no,366f.&text=Tese%20\(Doutorado%20em%20Ci%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20da,1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180950/furtado_rl_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=A%20Compet%C3%A7%C3%A3o%20no,366f.&text=Tese%20(Doutorado%20em%20Ci%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20da,1). Acesso em: 27 ago. 2021.

FURTADO, Renata Lira; SANTOS, Felipe César Almeida. Archival literacy: um diálogo da Arquivologia com a Competência em Informação. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 8, n. 2, p. 55-71, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/issue/view/618>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KAFAI, Yasmin B.; LANDIS, William E. Integrating primary sources into the elementary school classroom: A case study of teachers' perspectives. *Archivaria*, [s.l.], p. 89-116, 1999.

HANKINS, Rebecca. Information Literacy and Instruction: Embracing Informational and Archival Literacies: Challenges and Successes. *Reference & User Services Quarterly*, [s.l.], v. 58, n. 3, p. 153-157, 2019.

HENSLEY, Merinda Kaye; MURPHY, Benjamin; SWAIN, Ellen D. Analyzing archival intelligence: a collaboration between library instruction and archives. *Communications in Information Literacy*, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 3, 2014.

HORTON JR., Forest Woody. *Understanding information literacy: a primer, an easy-to-read, non-technical overview explaining what information literacy means, designed for busy public policy-makers, business executives, civil society administrators and practicing professionals*. [S.], 2008. Disponível em: <https://eduq.info/xmlui/bitstream/handle/11515/17980/157020e.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 nov. 2021.

JARDIM, José M.; FONSECA, Maria O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero: -Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_4_JARDIM.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheilla. As we may think: Information Literacy as a discipline for the information age. *Research Strategies*, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006.

LISTON, Rose Cristiani; SANTOS, Plácida da Costa. Representando a Information Literacy "Competências Informacionais" na Biblioteconomia. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 287-300, 2008.

MORRIS, Sammie; MYKYTIUK, Lawrence; WEINER, Sharon. Archival literacy for history students: Identifying faculty expectations of archival research skills. *The American Archivist*, [s.l.], v. 77, n. 2, p. 394-424, 2014.

NUÑES PAULA, Israel A.; ZAYAS CABALLERO, Irisleydis. Análisis de modelos sobre Comportamiento Informacional, desde un enfoque socio-psicológico. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 59-85, 2016. Disponível em: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/artide/view/161>. Acesso em: 10 abr. 2021.

OLIVER, Gillian. The records perspective: a neglected aspect of information literacy. *Information Research*, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 27-29,

Mar. 2017. Disponível em: <http://informationr.net/ir/22-1/colis/colis1607.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

RAHMAN, Mukhlesur; SHOEB, Zahid Hossain. Redesigning archive literacy service by using social media as a tool: Cases in Japan archive centers. *Annals of Library and Information Studies*, [s.l.], v. 67, p. 118-124, June 2020. Disponível em: <http://op.niscair.res.in/index.php/ALIS/article/view/32920/465477757>. Acesso em: 10 maio 2021.

ROCHA, Eliane C. DE F.; PARRELA, Ivana D. "Com a palavra, o usuário": o que dizem os usuários do Arquivo Nacional sobre suas pesquisas na instituição. *Acervo*, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 227-238, 5 nov. 2021.

SANTOS, Felipe César Almeida; FURTADO, Renata Lira. Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/1647>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, Denise A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo usuário. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

SILVA, Anahi Rocha; VIGNOLI, Richele Grengre; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Competência Arquivística em Arquivos Universitário. In: VALENTIM, M. L. P.; BELLUZZO, R. C. B. (org.). *Perspectivas em competência em informação*. São Paulo: Abecin Editora, 2020. p. 141 - 171. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/36>. Acesso em: 10 out. 2021.

SINN, Donghee. Room for archives? Use of archival materials in No Gun Ri research. *Archival Science*, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 117-140, 2010.
TARRAUBELLA I MIRABET, Xavier. *Els arxius e els seus usuaris*. [S. l.: s. n.], 1998.

TRACE, Ciaran B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 77-106.

VIARS, Karen E.; PELLERIN, Amanda G. Collaboration in the Midst of Change: Growing Librarian-Archivist Partnerships for Engaging New Students and Faculty. *Collaborative Librarianship*, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 6, 2017.

VIEIRA, Thiago de Oliveira; BITTENCOURT, Paola Rodrigues; MARIZ, Anna Carla Almeida. As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação *Liinc em revista*, Brasília, v. 15, n. 1, 2019.

Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/artide/view/4548/4138>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VILAR, Polona; ŠAUPERL, Alenka. Archival Literacy: Different Users, Different Information Needs, Behaviour and Skills. In: KURBANOĞLU, S.; ŠPIRANEC, S.; GRASSIAN, E., MIZRACHI, D., CATTI R. (ed.). *Information Literacy, Lifelong Learning and Digital Citizenship in the 21st Century*, [s.l.], v. 492, p. 149-59, 2014. Disponível em: https://doi-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/10.1007/978-3-319-14136-7_16. Acesso em: 10 nov. 2021.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. *Acervo*, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 154-174, 2020. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1612>. Acesso em: 20 abr. 2021

WEINER, Sharon A.; MORRIS, Sammie; MYKYTIUK, Lawrence J. Archival literacy competencies for undergraduate history majors. *The American Archivist*, [s.l.], v. 78, n. 1, p. 154-180, 2015.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah. AI: Archival intelligence and user expertise. *The American Archivist*, [s.l.], v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.

ZURKOWSKI, Paul G. *Information services environment relationships and priorities*. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. (Related Paper, No. 5). Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.